

Grifos

2175-0157

Editorial

Edição: v. 29, n. 50 (Set./Dez. 2020).

Juliano Luiz Fossá

<https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Márcia de Souza

<https://orcid.org/0000-0003-0053-198X>

Murilo Cavagnolli

<https://orcid.org/0000-0003-0363-3017>

Alessandra Matte

<https://orcid.org/0000-0002-0502-6643>

Juan Camilo de los Rios Cardona

<https://orcid.org/0000-0002-6306-5878>

Dagoberto De Dios Hernández

<https://orcid.org/0000-0001-7252-3140>

A Revista Grifos alcança, nesta edição, a chancela do vigésimo nono volume e **quinquagésimo número** na trajetória de 28 anos enquanto periódico científico da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). É uma história de dedicação à publicação de resultados de pesquisas de qualidade, construída por muitos profissionais que se dedicaram exitosamente, no interior do estado de Santa Catarina, desde o ano de 1993, em desenvolver um periódico científico multidisciplinar baseado na qualidade acadêmica, ética e responsabilidade social. O mérito dessa configuração e história deve ser atribuído à brilhante condução editorial da Professora **Dra. Arlene Anélia Renk** que esteve como responsável pelo periódico até 2012. Atualmente, a Revista Grifos conta com equipe editorial completa, sendo três editores vinculados à Unochapecó, uma editora associada vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dois editores associados internacionais, um deles vinculado à Institución Universitaria Colegio Mayor de Antioquia, Colômbia e o outro a Universidad Autónoma de Nayarit, México. Além dos editores, a Revista Grifos conta uma bibliotecária responsável, também ligada a Unochapecó. Com publicação quadrimestral e vinculada à área de avaliação da CAPES de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, a Revista Grifos se estabelece em um patamar de vanguarda acadêmica ao publicar textos de pesquisadores nacionais e internacionais nas interfaces de sua atuação. A revista até aqui

está presente nos principais indexadores/diretórios do país e da América Latina. A presente edição está organizada e constituída a partir de seis artigos que integram o foco e o escopo da revista.

O primeiro trabalho da edição aborda as noções de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. Clerilei Aparecida Bier, Rogério Simões, Isabella Dabrowski e Carlos Alberto Sapata Carubelli no artigo **Iniciativas de promoção do desenvolvimento local sustentável: um estudo comparativo das iniciativas do poder público brasileiro e da União Europeia** objetivam analisar duas iniciativas de desenvolvimento local sustentável: a DLBC – Desenvolvimento local de base comunitária aplicada no Brasil e a iniciativa denominada Leader – Liaison Entre Actions pour le Développement de l’Economie Rurale desenvolvida pela União Europeia. Os resultados demonstraram que apesar do desenvolvimento local não ser uma receita universal para aplicações gerais para qualquer cenário, estas características comuns, quando adotadas, podem vir a representar uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, além de replicadas como alternativa praticável em diferentes contextos nacionais.

No artigo **A previdência social e o desenvolvimento humano: o caso do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul - 1988-2018**, segundo texto desta edição, Anacleto Zanella e Humberto José da Rocha demonstram os impactos positivos gerados pelos investimentos sociais (especialmente a Previdência), feitos pelo Estado brasileiro, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 32 municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), no norte do Rio Grande do Sul, entre 1988 e 2018. Os resultados apontam que a Previdência - acompanhada por outros investimentos sociais em áreas como a Educação, a Saúde e a Assistência – gerou resultados significativos na melhora da qualidade de vida da população dessa região, especialmente às pessoas mais pobres e às residentes no meio rural.

O terceiro artigo assinado por Chayne de Lima Pereira Mahnic, Diego Fiel Santos e Hans Michael van Bellen aborda um panorama das dimensões institucional, econômica, social e ambiental encontradas nas capitais brasileiras. Em **Um panorama dos objetivos de desenvolvimento sustentável nas capitais brasileiras**, os autores apresentam resultados a partir de dados e informações que revelam a situação de cada capital brasileira para estabelecer o desenvolvimento sustentável de suas localidades. Consideram relevante a fiscalização como ação efetiva para o desenvolvimento

sustentável, e, expõem a necessidade de estudos comparativos em termos de políticas públicas, atuação do governo, dentre outras ações no que se refere ao desenvolvimento sustentável.

Patricia Elena Giraldo Calderón e María Rocío Bedoya em **A mudança das policy na Colômbia: das políticas assistenciais de san até o desenvolvimento rural para a agricultura familiar**, quarto artigo desta edição, objetivam analisar as transformações das políticas de segurança alimentar e nutricional – SAN - na Colômbia entre os anos 2007 e 2017. Segundo as autoras, por meio de uma perspectiva histórica e geográfica, o caso da Colômbia é sistematizado para explicar a transformação das políticas públicas de segurança alimentar e de desenvolvimento rural e a inclusão de uma categoria emergente: a Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária – ACFC, institucionalizada assim na Colômbia. Os resultados apontam que essa transformação está associada, em grande parte, ao reconhecimento mundial do papel da agricultura familiar na provisão de alimentos, bem como da sua importância na sustentabilidade ambiental e nas mudanças climáticas, para modificar “o velho paradigma” da produção de alimentos.

Agricultura familiar e alimentação escolar: análise da dinâmica do PNAE no território do Alto Uruguai-RS, quinta contribuição desta edição, é um estudo de Eliane Tasca, Zenicleia Angelita Deggerone e Cleunir Augusto Paris no qual se analisam a dinâmica e a evolução da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território do Alto Uruguai (RS), no período de 2011 a 2017. Em relação aos resultados, verificou-se que todos os municípios do referido Território alcançaram o percentual mínimo de 30% para a compra de alimentos da agricultura familiar. Além disso, constatou-se que o PNAE proporcionou a inclusão produtiva e mercadológica de agricultores familiares, qualificou a alimentação dos estudantes e se legitimou enquanto uma política pública que tem proporcionado segurança alimentar e desenvolvimento rural.

O sexto texto da edição sob autoria de Joacir Rufino de Aquino e Carlos Alves do Nascimento analisam a heterogeneidade e as dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais dos estados nordestinos durante a Grande Seca que atingiu a região (2012-2015). Em **Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do nordeste brasileiro**, os autores demonstram que apesar dos impactos da estiagem prolongada, as áreas rurais dos estados do Nordeste não apresentaram decréscimo populacional como em épocas passadas. Para os autores este

resultado é explicado, em parte, pela diversificação das fontes de ocupação e renda das famílias rurais que estão deixando de depender exclusivamente da agropecuária para sobreviver e se tornando cada vez mais pluriativas, não agrícolas ou, simplesmente, convertendo o campo em local de moradia.

Boa leitura a todos!

Equipe Editorial.